



ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

--- Aos quatro dias de dezembro de dois mil e vinte e três, no Salão Nobre do Arquivo Municipal de Valença - Alberto Pereira de Castro, em Valença, pelas dezoito horas e cinco minutos reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, adiante designada de CIM do Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respetiva convocatória. -----

--- Estavam presentes os Presidente de Câmara que compõem o Conselho Intermunicipal da CIM do Alto Minho, designadamente: da Câmara Municipal de Caminha, Rui Miguel Rio Tinto Lages; da Câmara Municipal de Melgaço, Manoel Baptista Calçada Pombal; da Câmara Municipal de Valença, José Manuel Vaz Carpinteira e da Câmara Municipal de Viana do Castelo, Joaquim Luís Nobre Pereira. -----

--- O Presidente da Câmara de Monção, substituído pelo Vice-Presidente, João Rafael de Sousa Oliveira e o Presidente da Câmara de Ponte de Lima, substituído pelo Vice-Presidente, Paulo Jorge da Cunha Barreiro de Sousa. -----

--- Não estiveram presentes os Presidentes de Câmara de Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Ponte da Barca e Vila Nova de Cerveira, que comunicaram, antecipadamente a sua impossibilidade em estarem presentes, por compromissos profissionais anteriormente assumidos.

--- Presidiu a reunião, Alberto Vilas, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, iniciando a sessão com a apresentação de cumprimentos a todos os presentes: Presidente da CIM do Alto Minho; Primeiro Secretário do SEI; Presidentes de Câmara e seus representantes, membros da Assembleia Intermunicipal e equipa de apoio da CIM do Alto Minho. Agradece a amabilidade ao Presidente da Câmara Municipal de Valença, em receber esta Assembleia Intermunicipal, no seu Município, referenciando ainda o nome do Salão, como homenagem a um ex-Presidente de Câmara Major Alberto Pereira de Castro, cedendo-lhe a palavra. -----

José Carpinteira – Agradece ao Presidente da Mesa, Alberto Vilas, agradece também a presença a todos os presentes, colegas Presidentes de Câmara e representantes, dando as boas vindas a Valença. Informa que o espaço que ocupam, faz parte do Arquivo Municipal, a que no ano anterior deram o nome, de uma antigo Presidente daquele Município, Major Pereira de Castro, que muito fez para que o edifício fosse uma realidade, junto da Fortaleza de Valença, que como é de conhecimento geral, espaço muito rico em termos patrimoniais, com cerca de 5,5Km de perímetro e muito visitado diariamente, por portugueses e espanhóis. Dá as boas-vindas a todos, com o desejo de um bom trabalho, ao que se seguirá, como já comunicado anteriormente, um jantar oferta do Município, esperando a presença de todos. -----



--- O Presidente da Mesa, agradece e reunidas as condições necessárias, dá início à sessão, começando por referir a distribuição de um documento por todos os membros da Assembleia, referente às contas semestrais da CIM do Alto Minho, que apenas é para conhecimento não carecendo de nenhuma deliberação, optando pela sua apresentação no início da sessão, para a eventualidade, de alguém se querer pronunciar, sobre o mesmo, o poder fazer. (Doc. 16/2023). Refere, ainda que, a Comissão de Revisão do Regimento, tem o mesmo finalizado e que será apresentado, numa fase inicial, numa reunião da Mesa e dos Líderes Partidários, para eventuais ajustamentos, se forem entendidos e posteriormente apresentado, nesta Assembleia para apreciação e votação. -----

Comunica as substituições: José Carlos Coelho Resende da Silva, do PS de Viana do Castelo, comunicou a sua impossibilidade em estar presente, por motivos de saúde, tendo sido convocada a suplente Maria Manuela Passos Silva, que comunicou a impossibilidade em estar presente, sendo substituída por José Carlos Rego da Silva Oliveira Freitas; Michael Costa Sousa do PSD de Ponte da Barca, tendo justificado a sua impossibilidade em estar presente, convocado o membro suplente, António Veloso Cerqueira, comunicou a impossibilidade em estar presente, foi convocada, Iola Marina da Rocha Meira que também comunicou a impossibilidade em estar presente, foi convocado, Claudino Esteves Amorim que não esteve presente. -----

Não esteve presente, Rosa Maria Morais Lobo Bouças do PSD de Ponte da Barca. Assim não estiveram presentes, dois membros de Ponte da Barca. -----

--- Confirmam-se, as presenças dos membros da Assembleia Intermunicipal, de acordo com as "Folhas de Presença" anexas. (Doc. 17/2023). -----

--- O Presidente da Mesa concluiu a existência de quórum para dar início aos trabalhos, começando por referir a Ordem de Trabalhos, que é de conhecimento de todos, solicitando dispensa da sua leitura. -----

--- Dá início à Ordem de Trabalhos, Período de Antes da Ordem do Dia, começando pelo ponto **1.1 Apreciação e votação das Atas: da primeira Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada em 21 de abril de 2023 e da Ata da primeira Reunião Extraordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada em 23 de junho de 2023**, previamente distribuídas pelos membros. Postas a discussão e não havendo pretensões de intervenção, passa a votação, tendo efetuado uma chamada nominal, dos membros, que compõem a Assembleia Intermunicipal, para votação da primeira Ata da Reunião Ordinária de 21 de abril de 2023, num universo de 29 membros presentes, obtiveram-se: 27 votos a favor, 2 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovada por maioria dos presentes. Para votação da primeira Ata da Reunião Extraordinária de 23 de junho de 2023, num universo de 29 membros presentes, obtiveram-se: 24 votos a favor, 5



abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovada por maioria dos presentes. -----

--- O Presidente da Mesa passa ao ponto, **1.2 Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia.** -----

O Presidente da Mesa refere ser este o período, onde podem ser apresentadas propostas, moções e assuntos de interesse, pelos membros da Assembleia Intermunicipal, questionando se alguém se pretende inscrever, neste ponto da Ordem de Trabalhos. Inscreveram-se os membros: Mimoso de Morais, Luís Palma, Elisa Ruivo, Emília Cerqueira, Joaquim Barroso. Cede a palavra aos inscritos. -----

Mimoso de Morais – Cumprimenta toda a Assembleia, destacando o Presidente de Câmara anfitrião, José Carpinteira, Presidente da Câmara Municipal de Valença, que a todos acolhe para a realização desta sessão. Refere que a sua intervenção, é uma congratulação com a conferência de imprensa que a CIM deu, sobre os serviços de urgência básica do Alto Minho, sendo um tema que a todos preocupa, não só a nível local como nacional. Salaria que a mesma deveria chegar não só ao Governo, mas também à Ordem dos Médicos, para fazer sentir o descontentamento da população. Ao mesmo tempo parabeniza pelo texto e contexto da conferência de imprensa efetuada, pelos problemas na saúde sentidos no Alto Minho. -----

Luís Palma – Cumprimenta toda a Assembleia, e apresenta uma intervenção que aborda a aprovação, em Conselho de Ministros, em 28 de setembro passado, sobre uma redução de 30%, nas portagens de ex-SCUTS, a vigorar a partir de janeiro de 2024, aplicadas em várias estradas a nível nacional, questionando sobre a situação das SCUTS da A28, neste Território. Lê o texto na íntegra. Documento em anexo. (Doc. 18/2023) -----

Elisa Ruivo – Cumprimentando toda a Assembleia, Presidentes de Câmara, Membros da Mesa da Assembleia Intermunicipal, inicia a leitura, integral do documento que apresenta, sobre o direito à proteção da Saúde, desde 1976, como fundamental e constitucionalmente consagrado no âmbito dos direitos e deveres sociais, de responsabilidade do Governo. Documento em anexo. (Doc. 19/2023). -----

Emília Cerqueira – Cumprimenta toda a Assembleia, Presidente da Mesa, Presidentes de Câmara e Presidente do Conselho Intermunicipal. Saúda especialmente o Presidente da Câmara Municipal de Valença, José Carpinteira, anfitrião desta sessão, que muito bem acolheu num local de uma beleza realçável, as muralhas de Valença. Referindo a fase do ano, acha importante fazer uma espécie de balanço do que não foi feito, referindo uma falta de atenção para o Alto Minho, salientando o esforço contínuo da CIM do Alto Minho, representada pelos dez Presidentes de Câmara, que independentemente das diferenças políticas, sempre valorizaram o interesse maior que é por este território, inclusive a idiossincrasia, muito especial, de uma região transfronteiriça, que confere uma realidade muito diferente de maior parte dos restantes territórios de Portugal.



sendo por vezes pouco compreendida, por estarmos situados entre o Porto e a Galiza. Referindo a intervenção inicial, sobre nota do Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, na conferência de Imprensa, que propunha efetuar o pagamento da deslocação do pórtico, realçando a gravidade da situação, pela Resolução aprovada na Assembleia da República, para eliminação do pórtico no acesso principal a este território, tendo o Governo, mais uma vez faltado ao cumprimento dessa Resolução. Refere ser importante falar sobre esta questão, uma vez que foi uma vontade conjunta de todos os autarcas e outros representantes do Alto Minho, refletindo um grande prejuízo para as populações, para além de um desrespeito por uma Resolução da Assembleia da República, relativamente à matéria que foi aprovada e publicada, sendo que, até à data não houve nenhuma alteração. Refere também o plano de interconetividade (Transfronteiriço) do Alto Minho, sendo que se tem feito uma gestão de prioridades, tendo a CIM do Alto Minho, sempre essa preocupação, de priorizar e não é tido em consideração, e tem-se perdido enormes oportunidades, nomeadamente a ligação à fronteira da Madalena, assim como a importância do prolongamento da A3 (Valença, Monção e Melgaço). Algum esforço para que se realizem algumas pretensões, nomeadamente, maior afinco dos municípios do partido do Governo, referindo não ser o verificado, pelo Governo, que tem insistido nas tentativas de se desculparem e branquearem o que não tem sido feito, enfatizando, com a crónica do que não foi feito e do que foi anunciado. Faz alusão ao referido, momentos antes, pelo Partido Socialista sobre o tema da saúde, questionando indignada, como é que o Alto Minho também chegou à situação atual, mesmo no que se refere ao acesso e aos serviços de saúde, situações intolerantes, degradante e indignas de um país que se diz de primeiro mundo. Refere o encerramento de urgências aos fins de semana, desde o passado dia um de novembro, tendo a população, mesmo que por situações sem grande importância, serem transferidas para o Porto e Guimarães, e ainda, quando Guimarães está encerrado para o Porto, podendo estar em causa a vida. Refere a não nomeação, até à data de um representante da CIM para o Conselho de Administração da ULSAM, considerando não ser o mais importante, salientando que as urgências do serviço em Monção não foram encerradas no fim-de-semana anterior, por intervenção do Presidente de Câmara de Monção que, com grande esforço, conseguiu que os médicos prestassem serviço de urgência, sendo uma necessidade atual, consultar a Internet para saber dos hospitais a funcionarem. Pensa existir uma grande passividade, especialmente de quem esta ligado ao poder, em tentar branquear os últimos acontecimentos, esquecendo os que não se podem defender, reiterando que o Partido Socialista, tem que defender as pessoas do Alto Minho. Assim, esta demonstração de revolta e indignação, que não poderia deixar de referir. Finaliza desejando a todos uma excelentes festas, neste período do ano. -----



Joaquim Barroso – Cumprimenta toda a Assembleia, Presidente da Mesa da AI e demais colegas, Presidente de Câmara e todos os colegas. Referindo que a sua intervenção é sobre a Rede de Transportes no Alto Minho, passando à leitura integral do documento, em que na parte final coloca três questões ao Presidente do Conselho Intermunicipal, Manoel Batista. Entregou o documento à Mesa, que consta como anexo. (Doc. 20/2023). -----

É solicitado, pelo membro Celestino Ribeiro, a oportunidade de intervir. Pelo Presidente da Mesa, é-lhe cedida a palavra. -----

Celestino Ribeiro – Cumprimenta toda a Assembleia, Presidente da Mesa e demais colegas, Presidentes de Câmara, enuncia a atividade desenvolvida pela CIM do Alto Minho, cada vez, maior e melhor interlocutor, junto do Governo Central, mais evidenciado no último ano e nos últimos meses, agendando várias reuniões, nomeadamente com membros do Governo, diretamente com Ministros ou mesmo com Secretários de Estado e em várias comunicações. Nomeadamente, em questões de saúde e relativamente à ULSAM, que tem merecido um destaque bem visível, mencionando uma reunião divulgada, no site da CIM do Alto Minho, que decorreu no passado mês de maio, diretamente com o Ministro da Saúde, tendo sido debatidos vários assuntos entre os quais a discussão do modelo de financiamento. Assim, se comprova o rigor no que defendem e no que, se afirma, essencialmente, neste momento atual de várias dificuldades, no Serviço Nacional de Saúde no seu todo, em geral. Neste capítulo, como todos sabem, o que se defende em alguns territórios, apelando a que todos se juntem para numa só voz, apelar ao que é mais urgente e necessário. Refere que a partir da Assembleia da República não se tem feito, teimosamente, ao longo dos anos e com sucessivos governos, e não apenas o Partido Socialista, a degradação do Serviço Nacional de Saúde. Por via de suborçamentação, por via de deixar vulnerável o Serviço de Saúde, para que possa haver transferências para o setor privado tão apetecível. Relembrando que há dois anos, com a necessidade urgente e emergente de convocar eleições, exatamente por quem estava do lado certo da história, e um dia a história comprovará isso mesmo, defendia exatamente o aumento do investimento no SNS, sendo que a CDU defendia, uma opção partilhada pelo partido que representa, sendo que na verdade nenhum dos problemas ficou resolvido, dando continuidade, nesta Assembleia, de se manter interlocutora, a partir do Alto Minho. Refere que a CIM do Alto Minho, não sendo novidade para ninguém, que em nada se opõe, à livre associação entre municípios, que não sendo um poder legitimado como é o poder autárquico, eleito diretamente pelo povo. Assim, é algo que se afasta daquele que é o modelo de regionalização, que tanto urge implementar no nosso País, assim também a força se vai esbatendo. Atualmente o caos no SNS, não sendo apenas a nível regional, mas nacional, não se podendo responsabilizar conjunturas e menos ainda, os profissionais de saúde, que mais não fazem que lutar pelas suas justas reivindicações. Faz uma alusão também a outros setores, a que



a CIM se tem envolvido, como a educação, recordando que a CDU há uns tempos, mesmo na Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Minho, se mostrou preocupada com novos modelos de descentralização, e novas ações de descentralização, com uma ação mais direta sobre os recursos humanos, os docentes das escolas. Questionou o Conselho Intermunicipal, tendo sido respondido que ainda não tinham um pensamento crítico sobre a matéria, julgando, não estar esquecido, avançando mesmo, que teriam que consolidar, no seio do próprio Conselho, o pensamento sobre o assunto e passaram meses. Mais refere ter o Governo português recuado em parte, mas não no seu todo, referindo a reunião do mês de julho, como com o Diretor Geral da DGEST (Direção Regional de Educação do Norte), em que foram abordadas inúmeras matérias e até de acordo com a notícia da CIM, no que concerne ao tema dos recursos humanos da Educação. Sendo que na verdade algo se aflorou, até em pormenores, que segundo a referida notícia, inclusivamente da possibilidade de divisão das próprias turmas no ensino profissional, realça a minúcia do envolvimento, questionando o Presidente do Conselho sobre o resultado das reuniões, mais questionando sobre o pensamento crítico que já possam ter sobre a educação; que tipo de influências se podem perspetivar da CIM neste domínio, para além das que já têm atualmente. Por fim, aborda o tema das acessibilidades, referindo o concurso dos transportes, sendo um tema muito falado, e que refere ter sido perdido, no essencial, muito tempo recursos e dinheiro, que estava previsto no Orçamento de Estado, exatamente para baixar os custos na mobilidade deste território. Lamenta que assim seja, porque se fará refletir exatamente na população do Alto Minho, passando a pagar mais caro, sem garantias de um futuro intermodal, que possa aproximar as gentes deste território do resto do País, nomeadamente, no que respeita à A28 era também importante, que houvesse uma ação coletiva de todos, para a abolição imediata dos pórticos. Não sendo importante quem vai ou não pagar, sendo que os alto-minhotos serão os que pagarão mais caro. Assim, no momento de defender que é necessário e correto também prolongar até Valença, sendo imperativo para o desenvolvimento deste território, esquecendo a parte do custo acrescido que impede um maior desenvolvimento neste território. Dirigindo-se, ao Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, entende que deveria ser feita uma reflexão mais aprofundada, com o contributo das últimas assembleias sobretudo em momentos de preparação, tem sido um tema de grande interesse, em perceber qual é o papel a partir da Assembleia Intermunicipal, que por vezes parece estéril, ao que é o exercício de funções neste Órgão, resumindo-se a duas reuniões anuais, para aprovação do Orçamento do que se irá executar e outra para aprovação de contas. Assim, propõe, que o Presidente lançasse, propondo-lhe a ele, o desafio do lançamento e depois com outros parceiros, que fossem entendidos importantes, sugerindo um encontro com os Membros de outras Assembleias Intermunicipais e Áreas Metropolitanas, para se avaliar o papel das Assembleias Intermunicipais e perceber o



modelo que tem sido adotado e tem resultado no protagonismo que é reconhecido, seria uma reflexão que poderia resultar numa avaliação em relação ao poder local, em função da sua afirmação pelos municípios e freguesias. -----

O Presidente da Mesa agradece e regista o desafio apresentado. -----

José Carlos Freitas – Cumprimenta toda a Assembleia, Presidentes de Câmara, começando por explicar que um balanço, não serve apenas para apurar o que correu menos bem, em determinados períodos de tempo. Um balanço serve, precisamente, para analisar o equilíbrio, entre o que foi bem conseguido, o que efetivamente, foi consumado e concretizado e o que não foi sendo que, um balanço a partir do momento em que é visto na perspetiva de apurar apenas o que correu mal, é um balanço que está inquinado logo à nascença. É um Balanço que não está alheio ao próximo período eleitoral, que esta agendado para o próximo mês de março de 2024. Afirmo estar presente, a lutar pelo Alto Minho, realçando existir um problema crónico, na política nacional e internacional, muito particularmente, na política nacional, que é o oportunismo e com memória curta, o que em opinião própria, trata-se da manifestação desses problemas. Referencia os tempos de governos do PSD e CDS eram Governo e toda a comunidade em Viana do Castelo, nomeadamente o Partido Socialista e todos os seus elementos, designadamente, na altura, o vereador e o Presidente de Câmara, mobilizaram-se contra a questão dos pórticos na A28, sendo desde essa altura, independentemente do partido político do Governo, foi uma postura crítica e de pró atividade continua a existir, independentemente do Governo atual ser o Partido Socialista, sendo que este Partido a nível local, e não só no Concelho de Viana do Castelo, pugna como sempre pugnou, numa atitude máxima coerência sendo, como julga, um aspeto intocável. Sempre pugnou pela anulação das portagens e pórticos da A28, não sendo um problema recente, estando agora a ser vaticinados novamente, porque existe um desejo de mudança, pelo momento menos favorável que se vive. Reflete-se na necessidade de mudar, o Governo e também o rumo do País. Referindo não ir, o Partido Socialista, a reboque dessa lógica, que entendem enferma por falta da razão. São questões político-partidárias, não se construindo nada em concreto, razão pela qual foram eleitos para a defesa de causas independentemente do contexto onde ocorram e do contexto temporal. Quanto aos serviços de saúde, é notório que existe um problema latente, que também não é apenas atual. O que acontece no ano de 2023, é consequência direta de todos os investimentos que foram feitos, não por este Governo, embora existam opiniões dissonantes, mas há vários anos a esta parte, no sentido de descapitalizar do ponto de vista humano, técnico e financeiro, um sistema de saúde que ser quer público e de qualidade. O País não tem condições para responder às reivindicações justas do pessoal afeto ao SNS. Não sendo possível dizer sim a todos, pois para dizer sim a uns terão de dizer não a outros. Refere ainda o pessoal docente assim como o pessoal da saúde, com reivindicações, que não serão possíveis de saciar nem por



este Governo, nem pelo próximo, independentemente do resultado eleitoral, porque envolve muitos milhões de euros, para a reposição quer no sistema da educação como no da saúde. São problemas com algum tempo, que não foram resolvidos pelos governos anteriores. -----

Emília Cerqueira - Reinicia os cumprimentos a todos, fazendo uma alusão à intervenção anterior, sentindo-se visada, referindo que em democracia existe liberdade de opinião, sendo que quem está bem destaca o melhor e quem está menos bem, destaca o que entende ser preciso fazer. Refere que as portagens foram estabelecidas por um Governo que tinha como Primeiro-Ministro, José Sócrates, realçando inclusive, o que referiu anteriormente, quanto à reação do Presidente da Câmara de Viana do Castelo, que se prontificou a pagar as despesas do pórtico, como um elogio, de alguém que tem visão do problema que afeta o Alto Minho e não como uma questão político-partidária. Refere o mérito de todos os Presidentes de Câmara que representam a CIM do Alto Minho, mesmo de diversas forças político-partidárias, sendo que se conseguem unir no que é mais importante para o Alto Minho e a sua população. Referindo o estado em que se encontra o SNS, que nunca esteve numa situação análoga, tendo sido, inclusive, dito pelo Ministro do Partido Socialista, referindo ainda que em 27 anos o PS governou muitos mais que o PSD, tendo este último partido governado com a Troika, para cumprir um memorando de entendimento assinado pelo Partido Socialista. -----

--- O Presidente da Mesa agradeceu todas as intervenções apresentadas, pelos membros anteriormente inscritos. Cede a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal para informar e responder às questões apresentadas. -----

Manoel Batista – Cumprimenta todos os Membros da Assembleia, demais colegas e em especial o Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, e o Presidente anfitrião, agradecendo-lhe a amabilidade do acolhimento a todas as pessoas presentes na sessão, o Primeiro Secretário da CIM e nele toda a equipa técnica da CIM do Alto Minho, que prepara os trabalhos de todo o ano e também os trabalhos da Assembleia. Dirigindo-se aos membros da Assembleia e sobre as questões apresentadas, começando por dizer que sempre foi preocupação a totalidade do território, independentemente da facção partidária de todos que compõem esta Comunidade Intermunicipal, sendo entendido como um desafio e uma missão. Preocupação em dar as respostas necessárias ao território, o Alto Minho, que cada um ama de forma incomensurável, tendo cada um maior responsabilidade pelo território que representa, mas todos os dez autarcas se preocupam com o todo, trabalhando e juntos percorrendo um caminho de desenvolvimento, que tem sido feito e por isso se mantém condições para dar continuidade. Refere duas matérias que foram realçadas, sendo uma delas a saúde, sendo a outra a questão da mobilidade, numa componente de intervenção física, de construção do que falta fazer na mobilidade, sejam os constrangimentos, relacionados numa componente muito particular com o pagamento das Scut's.



Iniciando a preocupação com a saúde, expõe que todos os autarcas do Alto Minho, sentem, sofrem e trabalham para que a questão da saúde possa ter outro percurso. Refere que aquando da tomada de posse, do Conselho Intermunicipal, há dois anos, rapidamente se promoveu uma primeira reunião, no dia 6 de dezembro de 2020, com os Vice-Presidentes e com o Conselho de Administração da ULSAM, com dois objetivos, sendo um deles, perceber junto da ULSAM, se poderiam ser atores parceiros, na construção de respostas de saúde inovadoras, tendo sido uma proposta apresentada ao então Conselho de Administração da ULSAM, ainda em exercício, agora de forma diminuída. Outra preocupação transmitida foi o trabalho com que podiam contar, por parte dos municípios, para se fazer uma revisitação de todos os equipamentos de saúde primária existentes no Alto Minho. Foi um desafio lançado, ao Presidente do Conselho de Administração, dizendo-lhe que poderia considerar, serem os municípios promotores dos projetos técnicos de requalificação dos Centros de Saúde, contando com a vontade de alguns municípios, em ser donos de obra, nos edifícios a intervencionar, sendo que em agosto de 2022 se fez um Acordo Interadministrativo que permitiu, elaborar os projetos técnicos, e em novembro de 2023, após negociação da CIM foram abertos dois avisos que permitiram a intervenção de requalificação e outro que permite a construção de novos Centros de Saúde. Este investimento, que foi conseguido para o nosso território, com cerca de treze milhões de euros, investimento PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) aliviará, o que poderia ser investimento NORTE2030, e com esse alívio deixa disponível mais verbas para os municípios, para um conjunto de outras intervenções. O trabalho desenvolvido e com resultados, permitirá aos municípios, no próximo ano, incitar todo o investimento necessário. Foram realizadas, nos últimos 2 anos, reuniões com várias entidades ligadas ao setor da saúde, nomeadamente com a tutela, com a Ministra da Saúde, Marta Temido, posteriormente com o Ministro sucessor, Manuel Pizarro e ainda com Secretários de Estado. Reuniram também com a ARS Norte, tendo e ainda a oportunidade de reunir com, a ACSS (Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.), que gere, o parque patrimonial da saúde a nível nacional, conversando diversas vezes com o Presidente do Conselho de Administração referindo, especificando, uma reunião no dia 19 de maio do ano em curso, com o Ministro da Saúde para dar nota, da necessidade de investimento neste território, para se conseguir o valor mais confortável para as necessidades sentidas. Respondendo de forma transversal, a várias questões apresentadas sobre o Conselho de Administração da ULSAM, que era e é, uma situação urgente a sua reestruturação, que se encontra, em gestão, desde dezembro de 2019, todos foram unânimes no reconhecimento, da urgência da renovação, mesmo do ponto de vista da gestão, não significando menos consideração pelo presente Conselho de Administração, mas a necessidade de uma estabilização, para proporcionar uma força renovada e com outra capacidade de intervenção, que na condição da atual gestão, não é possível. Refere a nota dada



nesta sessão, sobre a intervenção feita no dia 30 de novembro, como resultado da tomada de conhecimento do encerramento de uma SUB (Serviço de Urgência Básica), em Monção e outra em Ponte de Lima, que se corria o risco, sobre orientações e já tomadas decisões, sobre o encerramento das urgências, que afetariam 3 municípios, Melgaço, Monção e Valença, durante o mesmo fim-de-semana. A CIM promoveu uma conferência de imprensa, na quinta-feira, dia 30 de novembro, com a presença da maior parte dos Presidentes, mas, os que não tiveram presentes, manifestaram-se contra o decidido sobre os encerramentos, tendo mesmo repudiado tal decisão, sendo que todos têm tentado evitar que o mesmo possa voltar a acontecer futuramente. Está a CIM atenta e com intenção de se manifestar e tudo fazer para não existir repetição de encerramento, sabendo que é fundamental, ter respostas para este território e principalmente para os mais afastados. Referindo-se ainda, à conferência de imprensa, cita uma situação verificada no seu Concelho, Melgaço, mais concretamente em Ribeiro de Baixo, local que fica a 12 Km do centro de Castro Laboreiro, sendo que numa situação grave e na necessidade de vir para o hospital em Viana do Castelo, são necessárias, no mínimo duas horas de viagem, afirma ser inconcebível, que não exista uma resposta mais próxima, numa situação de urgência. Cada Presidente de Câmara continua a insistir na premência da resolução da questão, quer com a ação conjugada da Comunidade Intermunicipal, para a resolução dos problemas do território, para além do nível nacional. Confirma que é um assunto constante nas agendas dos autarcas e da CIM, com insistências, persistências e independentemente da fação política e do Governo, sempre com uma posição de igualdade perante esta situação. -----

Passa ao assunto da mobilidade, que também é preocupação dos autarcas do Alto Minho, há uns anos. A mobilidade territorial envolve questões territoriais relacionadas com a rodovia e a ferrovia, sendo que a área da ferrovia tem sido objeto de investimento, nomeadamente a eletrificação da linha do Minho, estando a linha de alta velocidade a ser projetada, para a ligação do Porto a Vigo, passando pelo Alto Minho, com estação em Ponte de Lima e Valença, sendo sempre uma valorização do território. Congratula a tomada de posição também por parte do Governo quanto a esta decisão. Salienta a importância da rodovia, lembrando que há quatro anos a questão da rodovia era praticamente desconhecida, de boa parte da população e dos atores políticos. Atualmente é unânime a importância da intervenção nesse sentido, capacitando a rodovia no lado do Lima, fazendo uma melhor ligação transfronteiriça, que permita melhorar a circulação rodoviária de pessoas e bens. Refere ser inconcebível que a A28 não faça o seu percurso originário, conforme pensado inicialmente de ligar o Porto a Viana do Castelo e posteriormente a ligação Valença, com uma derivação nova e porventura, a própria EN101 até Monção e eventualmente até Melgaço, podendo encontrar-se com a EN202. Afirma ser absolutamente essencial que aconteça, não sendo uma reivindicação política pura, mas salientando ser uma



exigência do território atualmente. Quem circular Valença/Monção, diariamente, vai perceber facilmente, sendo que, se hoje já é incomportável, esta ligação que passa por Valença. O Presidente da Câmara de Valença, tem perceção, que tem hoje, uma parte da rodovia, rua principal, que passa pelo centro da cidade, completamente destruída, que é a avenida principal, sendo concomitantemente, uma estrada nacional, e vice-versa. Refere ser insustentável a situação, sendo uma prioridade de decisão, a resolver e colmatar o que no interior do território ainda se encontra por resolver, quer no centro da cidade quer mesmo no acesso a zonas empresariais, circulares urbanas que ficaram por resolver e que são fundamentais para o Alto Minho, para melhorar a qualidade de vida e a economia pujante do território, para que possa circular, senão está-se a estrangular. Remata dizendo que todos os autarcas estão em sintonia, para que num futuro próximo, seja resolvida esta questão, fique definitivamente resolvida, em termos de rodovia. Realça a necessidade da existência de ligação entre a rodovia e a ferrovia e que não existe solução pensada até a nível internacional a rede de transportes do Alto Minho, explicando, não existindo e que a própria procura também, assim o exige, criando uma situação vulnerável. Afirma não haver ligação da rodovia e da ferrovia, sendo do interesse de todos os autarcas, ultrapassar esta questão. Refere o lançamento de um concurso publico internacional, para a rede de transportes rodoviários no Alto Minho, e que teve apenas um concorrente admitido, sendo que depois de analisado o relatório preliminar e no relatório final, foi considerado, pelo júri não estarem reunidas condições para prosseguir, tendo assim sido considerado nulo. Procedeu-se de seguida ao lançamento de novo concurso internacional, com entrega das propostas até 23 de dezembro, para dar continuidade a todo o processo nos termos legais. Não será a resolução de todos os problemas de transportes no Alto Minho, mas será um instrumento fundamental para aumentar a qualidade dos serviços de transportes prestados. Pretende-se que no arranque do próximo ano escolar, toda essa rede esteja consignada e a funcionar. Lembra ainda não ter referido, a questão das SCUT'S, tema já muito discutido e que não fará sentido, nesta fase, a retoma deste assunto, sabendo que para os concelhos de Viana do Castelo é muito crítico e incomportável, concordando com a importância que teria o recuo do pórtico existente, sendo que uma parte da população paga para trabalhar ou se deslocar no seu próprio município, assunto já várias vezes defendido pelo Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, Luís Nobre, continuando todos em conjunto a pugnar para a referida alteração. Assistindo a uma diminuição do custo, de todas as portagens do País, que julgam muito justo, mais incompreensível fica a situação do Alto Minho, que não sofre qualquer tipo de desconto, fazendo mais sentido a deslocação do pórtico, para haver justiça no território. Dá conhecimento da realização de várias reuniões com a Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, nos meses de agosto e setembro passados, tendo-lhe sido transmitindo todas as dificuldades que esta situação acarreta, na



esperança de alterações, pese embora o período político delicado em que se encontra o País, em vésperas de Eleições Legislativas em março de 2024. -----

Sobre a educação, referindo a intervenção do membro, Celestino Ribeiro, refere ser um assunto que está a ser tratado no Plano Estratégico, como já foi feito também, para a área do turismo e para o Plano de Desenvolvimento Social para ao Alto Minho, comprometendo-se a apresentar na próxima reunião, uma reflexão sobre a educação, contando que no início do próximo ano, 2024 já seja possível, apresentar este assunto de uma forma mais detalhada. -----

--- O Presidente da Mesa, agradece a intervenção e explanação das questões apresentadas, pelos membros da Assembleia, que intervieram, referindo o compromisso assumido para a próxima sessão desta Assembleia Intermunicipal. Passa ao ponto do **Período da Ordem do Dia**, subponto **2.1 Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal (ponto 3, artº. 29º do Regimento)**. Refere que foi distribuído, por todos os membros, presentes nesta sessão o documento remetido pelo Revisor Oficial de Contas da CIM Alto Minho, com o assunto: “Contas semestrais – 1º semestre de 2023”, para conhecimento desta Assembleia. Mais informa que será abordado o tema sobre o projeto da Imigração FAMI, sobre o programa da Comemoração dos 15 anos da CIM do Alto Minho e ainda sobre o Plano de Atividades do período em referência. Cede a palavra ao Presidente da CIM. -----

Manoel Batista – Apresenta pequenas notas, pois parte dos assuntos já foram abordados na intervenção que acabou de fazer, aos assuntos apresentados pelos membros da Assembleia Intermunicipal. Dá conhecimento que durante o ano foi dinamizada, com a CCDR NORTE e lançado o desafio, pela mesma, para com as outras CIM's e a Área Metropolitana do Porto, procedermos à construção do Plano de Ação para o Alto Minho 2030 e o respetivo financiamento, à escala Regional e Intermunicipal, culminando com a submissão do Plano de Ação para o Alto Minho, à Autoridade de Gestão do PO Norte 2030, no dia 11 de outubro passado, já com um parecer provisório, favorável e que permitirá ao Alto Minho, no próximo período de programação, ter disponível uma dotação de fundos comunitários, que ascende ao valor de 128 milhões euros, um crescimento na ordem dos 27% a 30% para o período de programação 2021-2017. Referiu ainda a elaboração de um Memorando Estratégico, na área da conetividade territorial em que tem tido maior intensidade no segundo semestre de 2023, preparado pela CIM do Alto Minho tendo por base documentação recolhida e aprovada em reunião do Conselho Intermunicipal de dez de julho do ano em curso, reforçando a posição geoestratégica privilegiada para o investimento pela relação de proximidade com a Galiza, Espanha. Referiu também o investimento nos “cuidados de saúde primários” enquadrado no PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), nesta data com um valor, para abertura de avisos, de cerca de 13,9 milhões de euros para investir, em requalificação e construção de vários Centros de Saúde, distribuídos pelo Alto Minho. No território do Alto Minho



foi acrescentado ao Centro Tecnológico em Arcos de Valdevez existente CITIN, mais dois novos centros tecnológicos, de inovação e transferência do conhecimento, um ligado ao Agroalimentar e outro às Energias e Tecnologias Oceânicas (ALIAR e SUSMAR respetivamente). Quanto à Mobilidade e Transportes, informa já ter a CIM do Alto Minho obtido um parecer Prévio Vinculativo emitido pela AMT (Autoridade da Mobilidade e dos Transportes), sobre os ajustamentos às peças do procedimento para a seleção do operador de serviço público de transporte de passageiros no território e ter lançado o primeiro concurso público internacional, que face ao processo final não foi adjudicada nenhuma proposta, por incumprimentos e faltas de esclarecimentos, tendo a CIM e os seus Municípios entendido lançar novo concurso mantendo os pressupostos financeiros e técnicos, tendo sido publicado no Diário da República, 2ª Série, em 9 de novembro do corrente ano, estando prevista a abertura das propostas para finais do corrente mês. Estando numa fase de encerramento e de execução final do PDCT (Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial), esta CIM em janeiro de 2023 apresenta uma taxa de execução de 84,9% e em novembro de 95,3%, sempre, acima da média da região Norte, que foi de 74,4% e 87% respetivamente, relativas aos períodos referenciados. A CIM do Alto Minho, teve sempre a melhor posição em relação às taxas de execução entre as sete Entidades Intermunicipais e a Área Metropolitana do Porto (Região Norte). No que respeita ao GAL Litoral Norte, também se deu início ao processo de avaliação final da DLBC Costeira Litoral Norte/GAL Litoral Norte 2014-2020, iniciando as orientações e linhas de ação a incluir na Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária Costeira Litoral Norte 2021-2027, candidatura preparada e submetida para reconhecimento do GAL e seleção de Estratégias de Desenvolvimento Local ao Mar 2030 no passado mês de fevereiro do corrente ano, tendo obtido aprovação, no passado mês de junho, com a aprovação de cerca de 2,53 milhões de euros, para objetivos Estratégicos e Operacionais. Destaca a elaboração de Planos de Ação (planear para intervir no 2030), destacando o Plano de Ação para a Promoção do Turismo Sustentável do Alto Minho, apresentado na última sessão da Assembleia Intermunicipal no mês de junho, em Vila Nova de Cerveira; o Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho, também aprovado em Assembleia Intermunicipal e ainda o Plano de Ação para a Promoção da Competitividade Territorial do Alto Minho 2030. No que respeita à ULSAM (Unidade Local de Saúde do Alto Minho) e no que já foi referido anteriormente, informa que no dia 3 de novembro passado, o Conselho Intermunicipal da CIM do Alto Minho, procedeu à indicação do vogal a integrar o Órgão de Gestão da ULSAM, tendo no dia 3 do mesmo mês, remetido um ofício ao Diretor Executivo do SNS (Serviço Nacional de Saúde). Sobre as SCUT's foi referido que o assunto já foi abordado no ponto anterior. Resumidamente apresentou o trabalho desenvolvido pela CIM do Alto Minho. -----

O Presidente da Mesa, questiona sobre a existência de questões, não se tendo registado



nenhuma intervenção. Passa de imediato ao ponto **2.2 Aprovação do Quadro Plurianual de Programação Orçamental e Documentos Previsionais 2024 das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2024 (artº 84º alínea b) da Lei nº 75/2013, de 12,09**, que se desdobra em vários subpontos: **2.2.1**-Documentos Previsionais de 2024 e Quadro Plurianual de Programação Orçamental; **2.2.2**-Transferência das contribuições financeiras dos Municípios associados;**2.2.3** - Mapa de Pessoal 2024; **2.2.4**-Autorização para Empréstimos a curto prazo para o ano económico 2024 e **2.2.5**-Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos. -----

Informa que a discussão será conjunta, sendo a votação separadamente por cada subponto. Questiona sobre quem se pretende inscrever, não havendo inscrições cede a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal para apresentação do Quadro Plurianual. -----

Manoel Batista – Agradece, informando que será o Primeiro Secretario do SEI da CIM do Alto Minho a fazer a apresentação do Quadro Plurianual, Orçamento. -----

Bruno Caldas – Começa por cumprimentar o Presidente e membros da Mesa da AI, Presidentes de Câmara toda a Assembleia, e inicia a sua intervenção dizendo que apresentará o trabalho desenvolvido pela CIM e a proposta de Orçamento, solicitando permissão, para em complemento, falar um pouco sobre um projeto, no contexto da apresentação da atividade da CIM, projeto candidatado ao Fundo de Apoio aos Migrantes (FAMI), sendo um projeto muito reconhecido pelo território, até pelo período atual, com a entrada de migrantes que representa já mais de 7% da população do Alto Minho. Projeto que visou trabalhar as redes municipais de apoio aos migrantes envolvendo todos os Municípios do Alto Minho, com um investimento na ordem dos 198 mil euros, que apesar de ter uma período de execução muito curto, pois este Fundo é para ser desenvolvido num período anual, aumentando a dificuldade de execução, pois a aprovação de projetos é sempre um pouco tardia, mas nos últimos três meses foram trabalhadas diversas dimensões, muito relacionadas, com a capacitação das equipas técnicas dos municípios, com animação intercultural, com várias sessões em todos os municípios, com a criação do Comité de Pilotagem, que reúne todos os técnicos dos municípios nesta matéria, com publicação de informação necessária com interligação ao IEFP e outras entidades que trabalham esta dimensão, criando assim um roteiro para a integração dentro de cada um dos Municípios, sendo portanto, ações descentralizadas dentro dos Municípios. Com a criação desta rede pretendemos que se crie a imagem de uma rede para um trabalho anual, com iniciativas/candidaturas desta natureza ao FAMI, aproveita o momento, para deixar o convite para a participação no “Congresso Internacional para a Igualdade e Interculturalidade”, que decorrerá em Viana do Castelo, do dia 18 de dezembro corrente. Refere também, a comemoração dos 15 anos da CIM do Alto Minho, fundada em 15 de outubro de 2008, tendo completado no presente ano 15 anos, pensado nos 15 anos de trabalho e no dia 15 do mês, somando dá 30 e encontrarmo-nos no período 2020-2030, foi pensado, pelos



Presidentes de Câmara, como uma boa base, para se criarem atividades mensais, entre 15 de outubro de 2023 até ao dia 15 de outubro de 2024, realizando um conjunto de sessões mensais, a cada dia 15 de todos estes meses, a assinalar a data, ao longo do ano referido, tem estado a serem feitas algumas atividades, destacando junto das redes digitais e sociais, informar sobre o que é o trabalho da CIM e dos Municípios, destacando 15 projetos, referindo a iniciativa do passado mês de novembro, que com a rede intermunicipal de bibliotecas, foram distribuídos cerca de mil livros, relacionados com o Alto Minho, para as crianças, em articulação com as dez bibliotecas dos municípios da CIM, estando a ser pensado e programado, a realização de um evento final em 15 de outubro de 2024. É entendido como uma forma de dar a conhecer melhor as atividades desenvolvidas, pela CIM e pelos Municípios, sendo um esforço adicional de trabalho, da Comunidade Intermunicipal, pensado e planeado mensalmente, com antecipação das atividades a desenvolver e perceber o impacto das mesmas, junto da comunidade e outras entidades com quem trabalhamos, sendo reconfortante, estando toda a equipa empenhada e envolvida nestas comemorações. Agradecendo a atenção aos pontos apresentados, quer do projeto dos migrantes, quer das comemorações do 15 Anos da CIM do Alto Minho. -----

Passa ao ponto, da apresentação do Plano Plurianual e Orçamento para 2024, estando no ano dezasseis, pensando na ação, para o ano de 2024, com uma visão de continuidade de todo o trabalho desenvolvido até ao presente, se no ano passado foi planear para intervir, o ano de 2024 será de intervir e agir. O ano de 2023 foi de construção da Estratégia e aprovação da mesma, criação de Planos de Ação, o ano de 2024 será um ano de intervenção e ação a nível Intermunicipal, e concretizando o objetivo da Estratégia Alto Minho 2030. O aprofundar o Plano da Estratégia, lança vários desafios, alguns em antecipar constrangimentos, o reforço da conectividade, da inovação e também, a capacidade de implementar projetos e iniciativas à escala intermunicipal, potenciar de alguma forma, as prioridades, políticas e técnicas, alavancando o investimento de proximidade, o que levou a desenhar a proposta apresentada. As prioridades do Plano e Orçamento para 2024, não fogem da estrutura dos anos anteriores, mantendo uma estrutura de fácil leitura de continuidade, estando a trabalhar em três prioridades de ação fundamentais: serviços públicos locais intermunicipais; a estratégia de capacitação institucional e a economia regional, com várias vertentes, destacando a prioridade dos serviços públicos locais e intermunicipais, com especial enfoque na qualificação modernização e racionalização. Sendo que, para no primeiro trimestre do ano de 2024, a prioridade será para fechar a contratualização do PT2020 e arrancar em pleno com a execução do PT2030, existindo um duplo trabalho, menos visível, que é *backoffice*, de encerramentos de projetos, análise de relatórios finais, fecho e projetos e programas, acompanhamento de taxas, de pedidos de pagamento que estão a ser apresentados, sendo todo um processo de aprovação da contratualização que está em curso,



como o Senhor Presidente já referiu, no primeiro trimestre de 2024, e iniciar a preparação de um conjunto de avisos e de candidaturas, sejam de dimensão municipal como dos privados e das empresas, porque a CIM do Alto Minho, continuará a ser um Organismo Intermédio nos investimentos e apoios aos privados. É intenção manter as políticas de desenvolvimento urbano, também integradas na contratualização do Alto Minho e a qualificação dos serviços públicos territoriais, nomeadamente a Proteção Civil, Mobilidade de Transportes, Educação, Ação Social, Cultura, Modernização Administrativa muito na componente da Cibersegurança, sendo uma área em que se tem vindo a trabalhar e se deseja dar continuidade. Refere uma novidade, que no último período de contratualização e de programação dos Fundos Comunitários, a Formação, sendo uma área que esteve fora da contratualização, que estava no PO Pessoas, na próxima contratualização veio para os PO's Regionais, tendo a CIM essa dimensão o que permite atuar, estando já na fase final de trabalho com os municípios e outras entidades, como o IPVC, Escolas Profissionais e o próprio Centro de Emprego para a construção de um Plano de Ação para a Formação da Administração Local, sendo uma boa notícia para o ano de 2024, poder ter esse Plano fechado o que permitirá abrir avisos nas candidaturas nessa área. Na prioridade dois, a economia regional, como o Senhor Presidente já referiu o GAL Costeiro Norte, é um Gabinete de Apoio Local relacionado com a questão da pesca, das atividades marítimas e também da náutica de recreio, associada aos rios e não só na dimensão de mar, de recursos hídricos, no fundo, água. Foi aprovada a candidatura, em junho do ano em curso, de cerca de 2,7 milhões de euros de investimento, estando a fechar a regulamentação junto do PO temático do Mar 2030, com a expectativa que em 2024 seja o ano de lançamento de avisos, para privados e públicos. Quanto ao Turismo e aos Recursos Endógenos, para além do Plano de Ação aprovado, que é o guião de intervenção no Alto Minho, existe também a relação com mais duas Comunidades Intermunicipais, do Cávado e do Ave, no âmbito da Estratégia de Existência Coletiva, denominado de "Minho Inovação", certamente já ouvido falar diversas vezes, em processo de fecho, contando que também que entre o primeiro e segundo trimestre de 2024, seja de preparação da nova Contratualização que também é muito importante para o território. Quanto à prioridade três, da Estratégia de Capacitação é dar continuidade ao trabalho de gestão e capacitação institucional, da equipa técnica da CIM, dos Órgãos e todas as questões relacionada com a informação e comunicação e com acompanhamento da estratégia dos indicadores de monitorização dessa estratégia, para poder ser feito, um planeamento ágil, fazendo ajustamentos à Estratégia, em função das metas que se vão conseguindo concretizar. Em resumo, são os seis pontos que se pretendiam destacar, a contratualização do Contrato do Desenvolvimento de Coesão Territorial do Alto Minho com 128 milhões de euros, a operacionalização do PROVERE Minho Inovação, a DLBC Costeira Litoral Norte, a dimensão da valorização do Minho "Minho Inovação", nas vertentes



da Cultura, do Turismo, da Criatividade e do Património Natural e da Náutica, qualificação dos serviços públicos, e uma dimensão também muito importante, no contexto de fronteira, iniciativas de Cooperação Territorial, dando nota que no último trimestre de 2023, tiveram a aprovação de 6 projetos de Cooperação Transfronteiriça aprovados, aguardando apenas, na quarta convocatória, algumas novidades, da Proteção Civil aos Fogos Florestais, à Capacitação e ao Turismo, tendo conseguido assegurar um montante FEDER na ordem de 1,2 milhões de euros, para os próximos três, quatro anos na execução dos seis projetos referidos. Ainda salienta que na área da Proteção Civil foi o projeto de maior envergadura, que rondou cerca de 400 mil euros de investimento, projetado para dar continuidade à iniciativa, que era uma parceria emblemática, com a Junta da Galiza. Resumidamente, o Plano de Intervenção da CIM para 2024, apresenta um valor global de orçamento de 7,1 milhões de euros, salientando ser um orçamento muito próximo do que foi o do ano anterior, alinhada com a previsão plurianual, verificando-se um ligeiro aumento em relação ao ano anterior de cerca de 80 a 90 mil euros, em consequência do trabalho de estabilização e da intervenção da CIM do Alto Minho e da passagem de Ciclos de Programação. Quanto à evolução anual das dotações, também se pode verificar que, a previsão para 2025, 2026, 2027 e 2028, até se atingir o pico em 2025, atendendo a que 2024, será ano de início de execução de projetos e depois uma aceleração de execução em 2025, conforme planeado, face à programação dos Avisos do PT2030. Em termos de estrutura de receita, sendo o gráfico apresentado, uma demonstração da receita, existindo uma ligeira redução, em função das transferências de Fundos Comunitários, recordando, ser um ano de fecho, tendo muitos projetos a encerrar e cumulativamente um ano de abertura de muitos projetos a começar, o que em termos percentuais apresenta um valor muito baixo e naturalmente uma participação dos municípios, em projetos ligeiramente mais alta, mantendo-se um equilíbrio que é necessário. Quanto à despesa regista-se um aumento, não muito significativo, relacionado com as despesas gerais de funcionamento que decorrem das atualizações salariais, custos de energia, combustível, transversal a todos os municípios e a todas entidades, quer sejam públicas ou privadas e uma estabilização do desenvolvimento dos projetos com cofinanciamento, estando numa fase de transição, com intenção de aprovar novos projetos, estando também, essa orçamentação prevista, sendo este o ponto de situação do orçamento, mais descritivo, tarefas e atividades a desenvolver em 2024, sendo um reflexo dos grandes números do orçamento sem entrar em detalhes particulares.-----
Questiona o Presidente da Mesa se pode continuar, referindo-se aos pontos seguintes da Ordem de Trabalhos, apresentando uma nota no que respeita ao Mapa de Pessoal da CIM do Alto Minho, referindo que a estrutura da CIM está estabilizada na ordem dos 35 colaboradores, os postos de trabalho que existem, mas previsionais, são 44, explicando que decorre de três aspetos essenciais: primeiro aspeto o facto das chefias da CIM serem todas do Mapa de Pessoal, mesmo



o próprio Primeiro Secretário, daí aparecendo em duplicado, no Mapa apresentado; o segundo aspeto prende-se com o facto de se encontrarem em transição contratos a termo, para a abertura de concursos por tempo indeterminado, e uma terceira dimensão o facto da CIM ser uma Autoridade de Transportes, já com o reforço no ano anterior de mais um colaborador, tendo atualmente duas pessoas sobre uma chefia de divisão, sendo intenção poder reforçar a equipa a nível jurídico, pois existirá a necessidade de gerir um contrato na contratualização de prestação de serviços de transportes e também na área do Planeamento e no aspeto mais administrativo, a gestão das contraordenações, sendo agora a CIM a entidade com responsabilidade neste tipo de contraordenações do transporte rodoviário de passageiros, justificando assim o aparente empolar do Mapa de Pessoal, justificado pelas razões apresentadas, tendendo a reduzir no ano seguinte, em função da concretização das situações apresentadas, sendo essa a intenção dos serviços da CIM do Alto Minho. Em relação à Autorização para Empréstimos de Curto Prazo para 2024, tradicionalmente é uma proposta apresentada no Conselho Intermunicipal e na Assembleia Intermunicipal, tendo sido consultadas três entidades bancárias, foram obtidas duas respostas positivas, com apresentação de propostas e uma terceira, que obrigaria a ter uma bancária aberta na Instituição Bancária e por numa questão de eficiência e ganhos e até poupança, a CIM só trabalha com duas instituições bancárias, assim numa lógica de gestão. não foi considerada a terceira proposta. Passando a outro ponto, a Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, decorre também da legislação em vigor, equivalente à situação dos municípios. Questiona, se pode passar ao ponto seguinte, ou se interrompe, finda a apresentação respeitante ao Quadro Plurianual e Orçamento para 2024. Agradece e mostra-se disponível para qualquer esclarecimento ou dúvida a esclarecer. Mais se esclarece, que esta apresentação foi sustentada com a passagem em *powerpoint*. (Doc. 21/2023) -----

O Presidente da Mesa refere que terminada a apresentação resumida dos subpontos do ponto **2.2 Aprovação do Quadro Plurianual e Orçamento para 2024**, questiona a Assembleia, se alguém se pretende inscrever, após a apresentação resumida acabada de ser apresentada. -----

--- Passou de imediato à votação do ponto **2.2.1 – Documentos Previsionais de 2024 e Quadro Plurianual de Programação Orçamental**, num universo de 36 membros, resultou a votação: 36 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes.

--- Votação do ponto **2.2.2 – Transferência das contribuições financeiras dos Municípios associados** e num universo de 36 membros, resultou a votação: 36 votos a favor, 0 abstenções --

--- Votação do ponto **2.2.3 – Mapa de Pessoal 2024**, num universo de 36 membros, resultou a votação: 36 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. -----



--- Votação do ponto **2.2.4 – Autorização para Empréstimos a curto prazo para o ano económico 2024**, num universo de 36 membros, resultou a votação: 36 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. -----

--- Votação do ponto **2.2.5 – Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos**, num universo de 36 membros, resultou a votação: 36 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. -----

Finda esta votação, cede a palavra ao Presidente da CIM para a apresentação do ponto, **2.3 Autorização da CIM Alto Minho ao Fórum Oceano – Associação da Economia do Mar**, para esclarecer todos os membros sobre este assunto apresentado em Assembleia Intermunicipal.-----

Manoel Batista – Refere que como iniciativas do passado a CIM, tem colaborado de forma estreita com o Fórum Oceano – Associação da Economia do Mar, referindo as estações náuticas existentes neste território e a CIM tendo aderido à Rede de Estações Náuticas, faz todo o sentido que a CIM do Alto Minho faça parte como associado, da Associação Fórum Oceano, sendo o proposta nesta sessão. (Doc. 22/2023) -----

O Presidente questiona a Assembleia se se pretende pronunciar sobre o ponto apresentado, não havendo inscrições.-----

--- Votação do ponto, **2.3 Autorização da adesão da CIM Alto Minho ao Fórum Oceano – Associação da Economia do Mar**, num universo de 36 membros, resultou a votação: 36 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes.-----

--- Terminado o Período da Ordem do Dia desta sessão, passa ao ponto **3**. Período de Intervenção do Público, não existe publico, agradece a todos a presença e a condução dos trabalhos, apresenta o desejo para a época que se aproxima, seja profícua em sucesso pessoal, familiar e profissional, agradecendo atenção para a leitura da Ata em Minuta. -----

--- O Presidente da Mesa, solicita apoio à Vice-Presidente, para a leitura da Ata em Minuta, para aprovação. -----

Margarida Vasconcelos - Cumprimenta toda Assembleia passando a uma breve leitura da Ata em Minuta, referindo em cada ponto da Ordem de Trabalhos, sujeito a votação os resultados obtidos. Inicia com o ponto 1.1 Apreciação e votação da Ata da 1ª Reunião Ordinária da AI realizada em 21 de abril de 2023, colocada a votação verificou-se a sua aprovação por maioria dos presentes, no universo de 29 membros, 27 votos a favor e 2 abstenções; seguindo-se a Ata da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de junho de 2023, colocada a votação, também, aprovada por unanimidade dos presentes, no universo de 29 membros, com 24 votos a favor e 5 abstenções. Passando ao Período da Ordem do dia, refere o ponto 2.2 Aprovação do Plano Plurianual de Programação Orçamental e Documentos Previsionais de 2024, refere os pontos 2.2.1, 2.2.2, 2.2.3, 2.2.4 e 2.2.5, foram os cinco pontos votados por um universo de 36 membros e aprovados ✓



por unanimidade. Por fim, refere o ponto 2.3 – Adesão da CIM do Alto Minho ao Fórum Oceano – Associação da Economia do Mar, que foi igualmente votado e aprovado por unanimidade, num universo de 36 membros presentes. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa retoma a palavra pondo a Ata em Minuta a votação, num universo de 36 membros, tendo obtido 36 votos a favor sem abstenções ou votos contra, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

Terminados os trabalhos, agradece a todos e em especial ao Presidente da Câmara de Valença, pelo acolhimento e colaboração na organização da sessão a terminar, pela oferta que fez a cada um, lembrando a todos o jantar de Natal, também oferta do Presidente da Câmara de Valença e refere o convite extensivo, aos ex-Presidentes da Assembleia Intermunicipal, Rui Taxa e Eduardo Paço Viana, que se encontram presentes por convite que lhes foi enviado. Informa sobre a porta de saída, estando também a ser entregue uma oferta da CIM do Alto Minho. Agradece desejando um Feliz Ano de 2024. -----

--- Os trabalhos foram encerrados pelas dezanove horas, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, será assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Maria Virgínia Guedes do Rego, que a redigi. -----

Valença, 04 de dezembro de 2023. -----

O Presidente da Assembleia


Alberto Luís de Oliveira Vilas

2.ª A Vice-Presidente da Assembleia


Margarida de Fátima Gomes Vasconcelos

O Secretário da Assembleia


Abel Nunes Lopes


Maria Virgínia Guedes do Rego